

# **Demonstrações Financeiras**

## **Rio Verde Energia S.A.**

31 de dezembro de 2013  
com Relatório dos Auditores Independentes

# Rio Verde Energia S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais .....	3
Demonstração dos resultados.....	4
Demonstração dos resultados abrangentes.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração do valor adicionado .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Rio Verde Energia S.A.**  
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Verde Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia estornou o registro do direito e da obrigação contratuais relativos ao Uso do Bem Público – UBP previstos no contrato de concessão com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com o qual não concordamos. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2013 os saldos do ativo e do passivo estão reduzidos em R\$15.744 mil e R\$17.869 mil (R\$15.239 mil e R\$14.073 mil em 31 de dezembro de 2012), respectivamente, e o lucro líquido do exercício está aumentado em R\$3.291 mil (R\$1.194 mil em 31 dezembro de 2012), líquidos de impostos e o patrimônio líquido aumentado em R\$2.125 mil (reduzido em R\$1.166 mil em 31 dezembro de 2012).

### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, exceto pelos efeitos do parágrafo de base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6 – F - DF



Wagner dos Santos Júnior  
Contador CRC-1SP216386/O-1-S-DF

## Rio Verde Energia S.A.

Balço patrimonial  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativos</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	240	1.301
Contas a receber	5	10.783	9.452
Partes relacionadas	6	2.877	1.947
Aplicações financeiras	7	12.961	12.201
Impostos a recuperar	8	8.518	8.001
Despesas antecipadas		485	313
Outros créditos		676	1.248
		<b>36.540</b>	<b>34.463</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	3.631	3.909
Impostos a recuperar	8	-	8.001
Outros créditos		533	-
Imobilizado	10	547.498	570.892
Intangível	11	91	68
		<b>551.753</b>	<b>582.870</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>588.293</b>	<b>617.333</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	12	917	2.754
Parte relacionadas	6	3.512	-
Empréstimos e financiamentos	13	18.487	18.211
Salários e encargos sociais		161	594
Obrigações fiscais		6.962	5.328
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	1.566	4.795
Dividendos a pagar	15	4.135	8.388
Juros sobre capital próprio	15	5.292	5.692
Outras obrigações	14	9.559	8.749
		<b>50.591</b>	<b>54.511</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimo e financiamentos	13	259.849	281.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	42.603	44.406
Outras obrigações	14	-	28
		<b>302.452</b>	<b>326.387</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15	130.000	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	15	82.701	86.201
Reserva de lucros		22.549	20.234
		<b>235.250</b>	<b>236.435</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>588.293</b>	<b>617.333</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Rio Verde Energia S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Receita operacional líquida	16	<b>117.780</b>	103.705
Custos operacionais:			
Salários e encargos sociais		<b>(149)</b>	(139)
Administradores	17	<b>(703)</b>	(1.024)
Operação e manutenção		<b>(19.084)</b>	(9.669)
Compra de energia elétrica		<b>(17.950)</b>	(2.962)
Depreciação		<b>(22.947)</b>	(22.699)
Encargos do setor elétrico		<b>(12.572)</b>	(12.247)
		<b>(73.405)</b>	(48.740)
Lucro bruto		<b>44.375</b>	54.965
Despesas operacionais:			
Administrativas		<b>(3.935)</b>	(3.646)
Salários e encargos sociais		<b>(1.648)</b>	(1.681)
Administradores	17	-	(132)
Depreciação		<b>(136)</b>	(146)
Outras:		<b>(1.270)</b>	(712)
		<b>(6.989)</b>	(6.317)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<b>37.386</b>	48.648
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		<b>2.042</b>	1.576
Despesas financeiras		<b>(20.959)</b>	(24.462)
	18	<b>(18.917)</b>	(22.886)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		<b>18.469</b>	25.762
Imposto de renda e contribuição social correntes		<b>(6.086)</b>	(8.511)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<b>1.526</b>	1.697
Total do imposto de renda e da contribuição social	8	<b>(4.560)</b>	(6.814)
Lucro líquido do exercício		<b>13.909</b>	18.948
Lucro por ação básico e diluído – R\$	19	<b>0,1971</b>	0,2684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Rio Verde Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício		13.909	18.948
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>13.909</u>	<u>18.948</u>

## Rio Verde Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

Nota	Capital		Resultado abrangente	Reserva de lucro		Lucros acumulados	Total
	Subscrito	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Retenção de lucro	Reserva legal		
Em 31 de dezembro de 2011	130.000	30.428	89.701	9.171	644	-	259.944
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	1	-	-	-	-	1
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	(30.429)	-	-	-	-	(30.429)
Resultado abrangente							
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	-	-	(3.500)	-	-	3.500	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(5.332)	(5.332)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(6.697)	(6.697)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	1.122	(1.122)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.948	18.948
Mutações internas do patrimônio líquido							
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	9.297	-	(9.297)	-
Em 31 de dezembro de 2012	<b>130.000</b>	-	<b>86.201</b>	<b>18.468</b>	<b>1.766</b>	-	<b>236.435</b>
Resultado abrangente							
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	-	-	(3.500)	-	-	3.500	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(4.135)	(4.135)
Dividendos adicionais	-	-	-	(4.694)	-	-	(4.694)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(6.265)	(6.265)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	870	(870)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.909	13.909
Mutações internas do patrimônio líquido							
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	6.139	-	(6.139)	-
Em 31 de dezembro de 2013	<b>130.000</b>	-	<b>82.701</b>	<b>19.913</b>	<b>2.636</b>	-	<b>235.250</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Rio Verde Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<b>13.909</b>	18.948
Ajustes por itens que não afetam o caixa:		
Depreciação	<b>23.073</b>	22.837
Amortização	<b>10</b>	9
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>19.637</b>	23.436
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(1.526)</b>	(1.697)
Baixa de bens do imobilizado	<b>966</b>	50
Provisão de IR sobre JSCP	<b>(940)</b>	(1.005)
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	<b>(1.331)</b>	(222)
Partes relacionadas	<b>2.582</b>	(1.947)
Impostos a recuperar	<b>7.484</b>	8.006
Outros ativos	<b>(891)</b>	4.673
Fornecedores	<b>(1.837)</b>	1.625
Obrigações sociais	<b>(432)</b>	445
Obrigações fiscais	<b>1.634</b>	1.584
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(3.229)</b>	883
Outras obrigações	<b>1.062</b>	444
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<b>60.171</b>	78.069
Atividades de investimentos:		
Aquisição de bens do imobilizado	<b>(645)</b>	(813)
Adições ao ativo intangível	<b>(33)</b>	(30)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>(678)</b>	(843)
Atividades de financiamento:		
Dividendos pagos	<b>(13.082)</b>	-
JSCP pagos	<b>(5.727)</b>	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	(30.429)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>(41.745)</b>	(45.745)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<b>(60.554)</b>	(76.173)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<b>(1.061)</b>	1.053
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>1.301</b>	248
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>240</b>	1.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Rio Verde Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Receitas		<b>130.973</b>	115.065
Receitas relativas à venda de energia		<b>130.973</b>	115.065
Insumos adquiridos de terceiros		<b>(55.390)</b>	(30.027)
Custos aplicados nos ativos próprios		<b>(50.460)</b>	(25.974)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<b>(4.930)</b>	(4.053)
Valor adicionado bruto		<b>75.583</b>	85.038
Depreciação		<b>(23.073)</b>	(22.837)
Amortização		<b>(10)</b>	(9)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<b>52.500</b>	62.192
Valor adicionado recebido em transferência		<b>2.042</b>	1.576
Receitas financeiras		<b>2.042</b>	1.576
Valor adicionado total a distribuir		<b>54.542</b>	63.768
Distribuição do valor adicionado		<b>54.542</b>	63.768
Pessoal		<b>2.129</b>	2.564
Remuneração direta		<b>1.431</b>	2.171
Benefícios		<b>583</b>	314
F.G.T.S.		<b>115</b>	79
Impostos, taxas e contribuições		<b>17.435</b>	24.370
Federais		<b>17.149</b>	24.298
Estaduais		<b>39</b>	11
Municipais		<b>247</b>	61
Remuneração de capitais de terceiros		<b>21.068</b>	24.584
Juros relativos à capitais de terceiros		<b>20.959</b>	24.462
Aluguéis		<b>109</b>	122
Lucros retidos do período		<b>13.909</b>	18.948
Juros sobre capital próprio	15	<b>6.265</b>	6.697
Dividendos	15	<b>4.135</b>	5.332
Lucro do período		<b>3.509</b>	6.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações sobre a Companhia**

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde” ou “Companhia”), foi constituída em 22 de julho de 2002, sob a forma de uma sociedade anônima de capital fechado na condição de produtora independente de energia elétrica e tem como objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto” ou “Usina”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, objeto do Leilão nº 001/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que originou o Contrato de Concessão nº 090/2002 – ANEEL, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010 com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que define critérios gerais de garantia de suprimento, o novo montante da garantia física de energia da UHE Salto, alterando a energia assegurada de 558.888 MWh/ano para 593.928 MWh/ano.

Como pagamento pelo Uso de Bem Público (“UBP”) para aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento do potencial energético da UHE Salto, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$450 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M - FGV”), a partir de junho de 2002.

A concessão será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato de concessão, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia. Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Companhia, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações sobre a Companhia--Continuação**

Em junho de 2007, a Companhia firmou com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) do total da energia assegurada da UHE Salto, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, no período de 16 anos, contados a partir da operação comercial. Conforme Anexo II do Contrato de Compra e Venda, o preço inicial é R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M. Em maio de 2011, a Companhia reajustou o preço da energia, sendo o novo preço inicial de R\$166,21 e final de R\$174,14.

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação**

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e cobertura de seguros não foram auditados.

As demonstrações dos fluxos de caixa do exercício anterior foram reclassificadas em alguns itens, não relevantes, para melhor comparabilidade com as demonstrações deste exercício.

### **3. Políticas contábeis**

#### **3.1 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.2 Impostos**

##### Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

##### Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável.

##### Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.2 Impostos--Continuação**

##### Imposto de renda e contribuição social - Diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados no prazo e condições previstos, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

##### **i. Ativos financeiros**

###### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros créditos.

###### *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.



## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### i. Ativos financeiros--Continuação

##### *Mensuração subsequente*--Continuação

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

##### Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### i. Ativos financeiros--Continuação

###### *Mensuração subsequente*--Continuação

###### Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

##### ii. Passivos financeiros

###### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação**

##### ii. Passivos financeiros --Continuação

###### *Reconhecimento inicial e mensuração--continuação*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

###### *Mensuração subsequente*

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### **3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.5 Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído ("deemed cost") na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, deduzidos das respectivas depreciações. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperabilidade, se aplicável.

A Administração da Companhia com base na interpretação da Lei 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2011 passou a depreciar os ativos que integram a Usina utilizando as Taxas da ANEEL, ou o prazo de concessão, dos dois o menor, em que pese a legislação e o contrato prever a possibilidade da renovação da concessão. A alteração da vida útil foi adotada de forma prospectiva conforme estabelece o CPC 23.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.5 Imobilizado--Continuação**

##### Critério para a determinação do Custo Atribuído ("Deemed Cost")

Com base na isenção estabelecida pelo CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e nas diretrizes estabelecidas na ICPC 10 - Esclarecimentos Sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento, a Companhia contratou consultoria especializada para proceder a avaliação do valor justo dos seus ativos na data-base 31 de dezembro de 2008.

A Companhia estabeleceu que o critério mais adequado para avaliar o valor justo do ativo imobilizado da UHE Salto é com base no fluxo de caixa descontado. Pelo laudo preparado por consultoria especializada, o ajuste ao custo atribuído o qual foi registrado no imobilizado da UHE Salto em 31 de dezembro de 2008 é de R\$143.194. Com base na avaliação da Administração da Companhia, o total do custo atribuído foi rateado proporcionalmente ao imobilizado existente em 31 de dezembro de 2008, uma vez que a Usina é considerada uma única unidade geradora de caixa.

#### **3.6 Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.7 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. No caso da Companhia, todos os ativos intangíveis são avaliados como vida útil definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **3.8 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.9 Provisões**

##### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas, quando necessário, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **3.10 Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis

#### 3.11 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

##### 3.11.1 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

i. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiro*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento pelo prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.



## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.11 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

##### 3.11.1 Estimativas e premissas--Continuação

ii. *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

iii. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Disponibilidades	<u>240</u>	<u>1.301</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Votorantim Comercializadora de Energia - Votener (i)	<b>10.049</b>	9.393
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (ii)	<b>1.682</b>	1.007
( - ) Provisão para devedores duvidosos	<b>(948)</b>	(948)
	<u><b>10.783</b></u>	<u>9.452</u>

(i) Venda de energia elétrica realizada no mês de dezembro de 2013 à Votener conforme Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em junho de 2007 pelo preço de R\$206,40 MW/h.

(ii) O montante a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no montante de R\$948, refere-se ao reembolso de energia elétrica adquirida no mês de agosto de 2010 em consequência da paralisação da operação por orientação da Operadora Nacional do Sistema – ONS por motivo de intervenção em linhas de transmissão da rede básica. A aquisição de energia foi realizada para compor o lastro de energia vendida à Votener de acordo com o Contrato de Compra e Venda de energia Elétrica.

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A Vencer	<b>10.049</b>	9.393
Vencidas até 30 dias	<b>734</b>	59
Vencidas acima de 121 dias	<b>948</b>	948
	<u><b>11.731</b></u>	<u>10.400</u>

A movimentação da provisão para devedores duvidosos

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo Inicial	<b>(948)</b>	-
Constituições de provisão	-	(948)
Recuperação/ Utilização	-	-
	<u><b>(948)</b></u>	<u>(948)</u>

A Companhia tem como procedimento efetuar a provisão para perda do valor recuperável quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente respectivamente e respectivas garantias oferecidas.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Partes Relacionadas

Os saldos de transações mantidas com empresas ligadas podem ser assim sumarizados:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo
	Adiantamento	Adiantamento	Fornecedor	Fornecedor
Rio Claro Operações e Manutenção S.A. (i)	2.877	1.947	1.081	-
Triunfo Negócio de Energia – TNE (ii)	-	-	2.188	-
Outros	-	-	243	-
	<b>2.877</b>	<b>1.947</b>	<b>3.512</b>	<b>-</b>

(i) A Companhia possui contrato de Operação e Manutenção com a Rio Claro Manutenções Ltda., a qual encontra-se em processo de estruturação administrativa, para posterior faturamento dos valores que estão registrados como adiantamentos.

(ii) A Companhia possui acordo de compra de energia com a Triunfo Negócio de Energia S.A., para suprir a falta de energia sazonalizada em 2013. As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições similares aquelas, quanto a prazos, preços e condições, que seriam realizadas com terceiros.

### 7. Aplicações financeiras

	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações vinculadas - Banco Itaú Reserva da dívida BNDES (i)	12.298	12.023
Aplicação - Banco Itaú – CDB	663	178
	<b>12.961</b>	<b>12.201</b>

(ii) Conforme descrito na Nota 13, parte do faturamento da Companhia é retido para pagamento do principal e juros do financiamento do BNDES. A parcela retida é aplicada em fundos de renda fixa pós fixados sendo o saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$12.298 (R\$12.023 em 31 de dezembro de 2012).

### 8. Impostos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
PIS e COFINS a recuperar	8.506	16.002
Outros	12	-
	<b>8.518</b>	<b>16.002</b>
Ativo circulante	8.518	8.001
Ativo não circulante	-	8.001

Em janeiro de 2011, a Companhia contratou consultoria especializada para identificação e validação dos créditos tributários do PIS e COFINS que incidiram nas aquisições de bens e serviços de fornecedores nacionais incorporados na rubrica “Ativo Imobilizado”.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Impostos a recuperar--Continuação

Os trabalhos foram conduzidos de acordo os Incisos VI e VII do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não-cumulativo.

Em 31 de janeiro de 2011, a Administração da Companhia com base nos trabalhos realizados pela consultoria reclassificou o montante de R\$32.005 da rubrica "Ativo Imobilizado" referente aos créditos tributários, sendo R\$5.709 do PIS e R\$26.296 da COFINS. Os mesmos foram registrados na rubrica "Impostos a recuperar" e são monetizados proporcionalmente em 1/48 conforme legislação tributária vigente.

### 9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil, conforme descrito na Nota 3.

O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferidos, detalhado a seguir, é revisado trimestralmente pela Companhia.

#### Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda diferido ativo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado - Descapitalização de despesas – CPC 27	2.796	2.796
(-) Realização das despesas – CPC 27	(363)	(260)
Provisão de fornecedores	-	-
Provisão para devedores duvidosos	237	238
Provisão para remuneração variável	-	100
	<b>2.670</b>	<b>2.874</b>
Contribuição social diferida ativa sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado - Descapitalização de despesas – CPC 27	1.007	1.007
(-) Realização das despesas – CPC 27	(131)	(93)
Provisão de fornecedores	-	-
Provisão para devedores duvidosos	85	85
Provisão para remuneração variável	-	36
	<b>961</b>	<b>1.035</b>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<b>3.631</b>	<b>3.909</b>
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Imposto de renda diferido passivo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	31.326	32.652
	<b>31.326</b>	<b>32.652</b>
Contribuição social diferida passiva sobre:		
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	11.277	11.754
	<b>11.277</b>	<b>11.754</b>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<b>42.603</b>	<b>44.406</b>

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

As análises da Administração da Companhia indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro antes da tributação	<b>18.469</b>	25.762
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	<b>6.279</b>	8.759
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Reconhecimento dos impostos diferidos	<b>(1.526)</b>	(1.697)
Depreciação do custo atribuído	<b>1.803</b>	1.803
Provisões passiva	-	137
Juros sobre capital próprio	<b>(2.130)</b>	(2.276)
Despesas indedutíveis	<b>300</b>	329
Outras (adições) e exclusões	<b>(166)</b>	(241)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<b>4.560</b>	6.814
Alíquota efetiva	<b>25%</b>	26%

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os ativos e passivos relacionados ao imposto de renda e contribuição social correntes em 31 de dezembro de 2013 são:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos por antecipações de:		
Imposto de renda	<b>3.035</b>	2.291
Contribuição social	<b>1.664</b>	1.388
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicação	<b>173</b>	345
	<u><b>4.872</b></u>	<u>4.024</u>
Valores a recolher de:		
Imposto de renda	<b>(4.420)</b>	(6.269)
Contribuição social	<b>(1.665)</b>	(2.244)
Imposto de renda e contribuição social estimativa	<b>(353)</b>	(306)
	<u><b>(6.438)</b></u>	<u>(8.819)</u>
Valor líquido do impostos de renda e contribuição social a recolher	<u><b>(1.566)</b></u>	<u>(4.795)</u>

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado

	Em serviço administrativo			Em operação – UHE				Imobilizado em construção	Custo Atribuído	Total
	Edificações	Outros imobilizados	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Outros imobilizados			
<b>Custo</b>										
Em 31 de dezembro de 2011	260	803	321.789	210.801	51.167	39.278	898	-	-	624.996
Adições	-	118	125	-	-	502	68	-	-	813
Baixas	-	(79)	-	-	(8)	-	-	-	-	(87)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>260</b>	<b>842</b>	<b>321.914</b>	<b>210.801</b>	<b>51.159</b>	<b>39.780</b>	<b>966</b>	-	-	<b>625.722</b>
Adições	-	3	-	-	642	-	-	-	-	645
Baixas	-	-	-	-	-	-	(966)	-	-	(966)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>260</b>	<b>845</b>	<b>321.914</b>	<b>210.801</b>	<b>51.801</b>	<b>39.780</b>	-	-	-	<b>625.401</b>
<b>Depreciação</b>										
Em 31 de dezembro de 2011	(37)	(309)	(16.426)	(11.526)	(1.914)	(1.818)	-	-	-	(32.030)
Despesa de depreciação	(11)	(128)	(11.550)	(7.787)	(1.884)	(1.477)	-	-	-	(22.837)
Baixas	-	37	-	-	-	-	-	-	-	37
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(48)</b>	<b>(400)</b>	<b>(27.976)</b>	<b>(19.313)</b>	<b>(3.798)</b>	<b>(3.295)</b>	-	-	-	<b>(54.830)</b>
Despesa de depreciação	(10)	(116)	(11.741)	(7.721)	(2.044)	(1.441)	-	-	-	(23.073)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(58)</b>	<b>(516)</b>	<b>(39.717)</b>	<b>(27.034)</b>	<b>(5.842)</b>	<b>(4.736)</b>	-	-	-	<b>(77.903)</b>
<b>Valor residual líquido:</b>										
Em 31 de dezembro de 2013	202	329	282.197	183.767	45.959	35.044	-	-	-	547.498
Em 31 de dezembro de 2012	212	443	293.938	191.488	47.362	36.485	966	-	-	570.892

#### Custo atribuído (Deemed Cost)

	Ativos UHE Salto - Rio Verde	IR diferido passivo (Nota 9)	Ajuste avaliação patrimonial (Nota 15)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>135.910</b>	<b>(46.209)</b>	<b>(89.701)</b>
Depreciação do período	(5.303)	1.803	3.500
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>130.607</b>	<b>(44.406)</b>	<b>(86.201)</b>
Depreciação do período	(5.301)	1.803	3.500
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>125.306</b>	<b>(42.603)</b>	<b>(82.701)</b>

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado--Continuação

#### Aplicação do custo atribuído (“deemed cost”)

A Administração da Companhia, considerando as opções do CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, decidiu, atribuir um novo valor (“deemed cost”) para os itens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia contratou consultoria especializada para elaborar a avaliação do valor justo do seu ativo imobilizado com base em fluxo de caixa descontado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs.

O ajuste ao custo atribuído foi alocado proporcionalmente aos ativos da Usina em 31 de dezembro de 2008.

#### Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Em 31 de dezembro de 2013, os bens vinculados à concessão somam o montante de R\$547.498 (R\$570.892 em 31 de dezembro de 2012) e o prazo da concessão conforme descrito na Nota 1 é de 35 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi em 22 de julho de 2002.

#### Reclassificação dos créditos tributários - PIS e Cofins

Durante o primeiro trimestre de 2011, a Companhia reclassificou os créditos de PIS e COFINS registrado na rubrica “Ativo Imobilizado”, conforme descrito na Nota 8, e passou a registrar o imobilizado líquido de créditos de PIS e COFINS, com contrapartida registrada na rubrica de impostos a recuperar quando aplicável.



## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Intangível

A movimentação do intangível é como segue:

	<b>Softwares</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>		
Em 31 de dezembro de 2011	57	57
Adições	30	30
Em 31 de dezembro de 2012	87	87
Adições	33	33
Em 31 de dezembro de 2013	<b>120</b>	<b>120</b>
<b>Amortização</b>		
Em 31 de dezembro de 2011	(11)	(11)
Em 31 de dezembro de 2012	(8)	(8)
Despesa de amortização do exercício	(10)	(10)
Em 31 de dezembro de 2013	<b>(29)</b>	<b>(29)</b>
<b>Valor residual líquido:</b>		
Em 31 de dezembro de 2013	<b>91</b>	<b>91</b>
Em 31 de dezembro de 2012	<b>68</b>	<b>68</b>

### 12. Fornecedores

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	1.579
Tarifa do Uso de Sistema de Transmissão – TUST	797	829
Fornecedor de Serviços de Materiais	120	346
	<b>917</b>	<b>2.754</b>

### 13. Empréstimos e financiamentos

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
BNDES (a)	281.898	304.007
Custos com captação de empréstimos e financiamentos	(3.562)	(3.843)
Total de empréstimos sujeitos a juros	<b>278.336</b>	<b>300.164</b>
Passivo circulante	18.487	18.211
Passivo não circulante	<b>259.849</b>	281.953

#### (a) BNDES

Em 10 de setembro de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que prevê a liberação de R\$289.700 destinados a implantação da UHE Salto, bem como o sistema de Transmissão associado a usina, dividido assim em dois sub-créditos nos respectivos valores de R\$277.937 e de R\$11.763.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### (a) BNDES--Continuação

As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “*spread*” de risco definidos em 1,81% ao ano, equivalente a 0,1496% ao mês.

Em 27 de outubro de 2009, foi aprovado pelo BNDES o crédito suplementar ao financiamento, no valor de R\$23.184. As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “*spread*” de risco definidos em 2,16% ao ano, equivalente a 0,1782% ao mês.

Durante os doze meses de 2013, a Companhia pagou R\$22.052 de principal e R\$19.693 de juros conforme cronograma de pagamentos definidos em contrato.

As garantias consistem no (i) penhor dos Direitos Emergentes da Concessão; (ii) penhor dos direitos Creditórios sobre o PPA firmado com a Votener, descrito na Nota 1 e (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato. Adicionalmente, em atendimento ao disposto na cláusula 11ª, item XXXII, do contrato firmado com o BNDES, a Companhia encontra-se em conformidade com exigências estabelecidas no mesmo.

Em 1º de dezembro de 2008, a Companhia firmou com o BNDES um contrato de Administração de Contas e outras Avenças para constituir a conta reserva da dívida e de operação e manutenção, a partir da receita proveniente dos contratos de comercialização, formada pela retenção de 35% do recebimento das faturas, sendo esta reserva registrada na rubrica “aplicações financeiras vinculadas”, conforme Nota 7.

O cronograma de amortização do financiamento em 31 de dezembro de 2013 está assim distribuído:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2014	<b>22.044</b>
2015	<b>22.044</b>
2016	<b>22.044</b>
2017	<b>22.044</b>
2018	<b>22.044</b>
A partir 2019	<b>171.678</b>
	<b>281.898</b>

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Outras obrigações

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Encargos regulatórios	2.316	1.466
Uso do Bem Público	94	88
Arrendamento mercantil	23	97
Outras obrigações (i)	7.126	7.126
	<u>9.559</u>	<u>8.777</u>
Passivo circulante	9.559	8.749
Passivo não circulante	-	28

- (i) O montante de R\$7.126 (R\$7.126 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a garantia do financiamento de longo prazo junto ao BNDES conforme descrito na Nota 13.

### 15. Patrimônio líquido

#### Capital social

Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social autorizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$130.000.

Em 30 de junho de 2008, foi firmado o Acordo de Acionistas entre a Triunfo e a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, que estabeleceu as seguintes determinações:

- i. A CBA garantirá o financiamento de longo prazo junto ao BNDES a ser obtido pela Companhia, e terá o direito de fiscalizar e acompanhar a execução das obras necessárias à implantação da UHE Salto;

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Patrimônio líquido--Continuação

#### Capital social--Continuação

- ii. Transferência gratuita da Triunfo para a CBA de 1 (uma) ação ordinária nominativa de emissão da Rio Verde, conforme apresentada no parágrafo anterior. Esta transferência tem caráter resolúvel e transitório, pela qual se reputará extinta se verificadas as seguintes condições:
  - a) No início do fornecimento de energia, conforme contrato firmado de Compra e Venda de Energia com a Votener ou caso ocorra a substituição da garantia outorgada pela CBA perante ao BNDES, com desoneração desta;
  - b) Caso o BNDES venha no prazo de 90 dias contados da data de assinatura deste acordo deixar de aprovar ou celebrar o contrato de abertura de crédito com a Companhia.
- iii. A CBA terá o direito, mas não a obrigação, de aportar diretamente na Rio Verde os valores necessários para a continuidade das obras de implantação da UHE Salto, com a obrigação da Triunfo de transferir as ações integralizadas por CBA para o nome desta, caso encontrem-se já subscritas pela Triunfo Participações e Investimentos;
- iv. A CBA terá o direito de preferência na aquisição das Ações da Rio Verde, detidas pela Triunfo, caso esta pretenda transferi-la a terceiros desde de que se manifeste o interesse no período de 30 dias;
- v. Ficam assegurados à Triunfo amplos poderes de controle e gerenciamento da Rio Verde e das atividades para a implantação da UHE de Salto, conforme determina a Lei nº 6.404/76 e o estatuto da Companhia.
- vi. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

Em 24 de novembro de 2009, a Companhia aumentou o capital mediante a emissão de 16.129.032 ações ordinárias, emitidas ao preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), no montante de R\$30.000, totalmente integralizadas por conversão de adiantamento para futuro aumento de capital.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão subscritas e integralizadas 1.500.000 ações ordinárias, pelo preço unitário de R\$1,00 (um real) e 69.086.020 ações ordinárias pelo preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), sendo a distribuição das ações da seguinte forma:

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Patrimônio líquido--Continuação

#### Capital social--Continuação

Triunfo Participações e Investimentos S.A.	70.586.015
Membros do Conselho de Administração	4
Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)	1
	<hr/>
	70.586.020
	<hr/>

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras da controladora Triunfo Participações e Investimentos S.A., a Administração da controladora tomou a decisão de alienar sua participação na controlada Rio Verde Energia S.A..

#### Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º. de janeiro de 2009. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$143.194, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida a patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens a ela vinculados. Vide detalhes nas Notas 3 e 10. Em 31 de dezembro de 2013, o ajuste ao custo atribuído no patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos, é de R\$82.701(R\$86.201em 31 de dezembro de 2012).

#### Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Patrimônio líquido--Continuação

#### Distribuição de lucros e pagamento de juros sobre capital próprio

Nos exercícios de 2013 e 2012 foram deliberados a distribuição de lucros (dividendos obrigatórios 25%) e pagamento de juros sobre capital próprio aos quotistas. Os juros foram calculados com base a variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, conforme abaixo

Os dividendos mínimos obrigatórios constituídos estão demonstrados no balanço patrimonial de 2013 como dividendos a pagar no montante de R\$4.135 (R\$8.388 em 31 de dezembro de 2012).

No exercício de 2013 a Companhia aprovou o pagamento de R\$8.000 na forma de dividendos adicionais, conforme Ata de Reunião dos Membros do Conselho de Administração, datada em 20 de outubro de 2013; sendo efetivamente pagos durante o ano de 2013 o valor de R\$4.694.

Atendendo a legislação fiscal, o montante dos juros sobre capital próprio em 2013 de R\$5.292 (R\$5.692 em 31 de dezembro de 2012) líquidos de imposto de renda retido na fonte, foram registrados como despesa financeira. No entanto, para efeito desta demonstração financeira, estes juros são apresentados como distribuição de lucro líquido no patrimônio líquido conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O saldo remanescente do lucro apurado em 2013 foi mantido na conta de lucros acumulados no patrimônio líquido e será distribuído assim que os sócios determinarem.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	13.909	18.948
Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado	<u>13.909</u>	<u>18.948</u>
Reavaliação do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	3.500	3.500
Base de cálculo da reserva legal	17.409	22.448
Reserva legal (5%)	<u>(870)</u>	<u>(1.122)</u>
Base de cálculo de dividendos	16.539	21.326
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(4.135)	(5.332)
Juros sobre capital próprio	<u>(6.265)</u>	<u>(6.697)</u>
	<u><b>6.139</b></u>	<u><b>9.297</b></u>

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita bruta de vendas:	<b>130.973</b>	115.065
Receita s/ contrato Votener	<b>115.956</b>	109.369
Receita s/ contrato TNE	<b>11.140</b>	-
Receita energia MRE-CCEE	<b>2.895</b>	5.696
Outras receitas	<b>982</b>	
( - ) Deduções da receita (Impostos. sobre vendas)	<b>(12.025)</b>	(10.324)
( - ) Encargos Setoriais – P&D	<b>(1.168)</b>	(1.036)
	<b>117.780</b>	103.705

### 17. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros, e cada um possui uma ação ordinária. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

Não existe na Companhia plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva. O valor total da remuneração paga até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$703 (R\$1.156 em 31 de dezembro de 2012).

### 18. Resultado financeiro

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita financeira:		
Rendimento de aplicação financeira	<b>2.042</b>	<b>1.576</b>
Despesa financeira:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>(19.637)</b>	<b>(23.436)</b>
Outros juros, multas e atualizações	<b>(1.043)</b>	<b>(747)</b>
Comissão garantia	<b>(279)</b>	<b>(279)</b>
	<b>(18.917)</b>	<b>(22.886)</b>

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Em 2013 e 2012, não houve transações envolvendo ações que pudessem afetar a diluição das ações, desta forma, o lucro básico e diluído são similares.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	13.909	18.948
Denominador (em ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>70.586.020</u>	<u>70.586.020</u>
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	<u>0,1971</u>	<u>0,2684</u>

### 20. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração da Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, concluiu que não existe necessidade de constituir provisão, uma vez que, não há perdas prováveis significativas esperadas no desfecho das ações em curso.

### 21. Instrumentos financeiros

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

#### 21.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40.



## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 21.1 Considerações gerais--Continuação

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	240	1.301	240	1.301
Contas a receber, líquidas	10.783	9.452	10.783	9.445
Impostos a recuperar	8.518	16.002	8.518	16.002
Aplicações financeiras	12.961	12.201	12.961	12.201
	<b>32.502</b>	<b>38.956</b>	<b>32.502</b>	<b>38.949</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	281.898	304.007	281.898	304.007
Fornecedores	917	2.754	917	2.754
Obrigações fiscais	6.962	5.328	6.962	5.328
Imposto de renda e contribuição social Correntes	1.566	4.795	1.566	4.795
	<b>291.343</b>	<b>316.884</b>	<b>291.343</b>	<b>316.884</b>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. As contas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

#### a) Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES e CDI para aplicações financeiras.

Os CPCs 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 21.1 Considerações gerais--Continuação

##### a) Análise da sensibilidade dos passivos financeiros--Continuação

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com BNDES na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 de dezembro de 2013, foi definido o cenário provável para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES		<b>14.094</b>	<b>17.619</b>	<b>21.142</b>
Taxa sujeita à variação	TJLP	5,0%	6,25%	7,5%
R\$281.898*				

\* Saldos em 31 de dezembro de 2013

A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

#### 21.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e empresas privadas. As vendas são efetuadas por meio de contratos, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato vigente com Votener, conforme descrito na Nota 1 é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (CCEE).

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **21.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação**

##### Risco de crédito

As vendas de energia estão garantidas e asseguradas pelo poder concedente, conforme descrito na Nota 1.

##### Risco de preço

A venda da energia assegurada está vendida para Votener no período de 16 anos. O valor do preço desse contrato (preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h) é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

##### Risco de taxas de juros e indexadores

O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a TJLP + 1,81% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice de atualização.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estavam ajustadas pelo valor das quotas desses fundos.

##### Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 21.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

##### Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### 21.3 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Empréstimos e financiamentos	<b>281.898</b>	304.007
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações	<b>(240)</b>	(1.301)
(-) Aplicações financeiras	<b>(12.961)</b>	(12.201)
Dívida líquida	<b>268.697</b>	290.505
Patrimônio líquido	<b>235.250</b>	236.435
Alavancagem	<b>114,22%</b>	122,87%

### 22. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Seguros--Continuação

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância assegurada (i)</u>
Responsabilidade civil (operação)	10.000
Riscos operacionais	330.000

- (i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.